

Remover barreiras, inverter a tragédia demográfica.

Portugal é, infelizmente, líder numa crise demográfica complexa e de difícil resolução. Esta questão apresenta-se como um dos maiores desafios a enfrentar pelos decisores políticos, devido às **fortes implicações sociais e económicas** deste declínio.

O nosso país apresenta uma das mais baixas taxas de fecundidade da Europa, saindo-se mal na comparação com os restantes membros da União Europeia em matérias relacionadas com a natalidade e envelhecimento da população.

Também em matéria de emigração, o nosso desempenho não é satisfatório, acumulando longo dos últimos anos acentuados saldos negativos, sendo em grande medida os jovens em idade ativa aqueles que mais partem.

Portugal é por isso um país envelhecido, onde o índice de sustentabilidade potencial – que mede a rácio de indivíduos em idade ativa por idoso - faz soar os alarmes sobre a viabilidade do sistema de previdência tal como hoje o conhecemos.

É crucial enfrentar este problema com seriedade e responsabilidade, compreendendo que, logo à partida, são necessários muito mais do que “*choques fiscais*” e estímulos económicos avulsos.

Necessitamos de uma **visão integrada sobre o tema**, que vai desde o Emprego à Segurança Social, da Saúde à Educação, passando pela descentralização de competências e a coesão territorial.

É com este olhar atento que observamos a realidade do nosso país. Os concelhos do interior do país em especial têm vindo a perder população e a agravar o envelhecimento do território.

Os territórios do interior, para além do êxodo dos jovens que buscam melhores oportunidades de realização pessoal, vêm as baixas taxas de natalidade conjugadas com o aumento da esperança média de vida da população.

Estes fatores conduziram a um **desequilíbrio de Portugal**, onde as desigualdades e as assimetrias territoriais se têm agravado.

No atual panorama é fundamental desenhar medidas capazes de minorar o abandono do território, sob pena de assistirmos lentamente à perda da nossa identidade.

Como já referido, o desafio demográfico que vivemos não se compadece com fórmulas mágicas e providenciais. Deste modo, é indispensável que a JSD seja capaz de problematizar e identificar os fatores envolvidos, de **liderar a discussão**, procurando responder com propostas concretas e focadas para alterar a situação.

O primeiro fator, e o mais evidente, está relacionado com o **Emprego**. Sem emprego não há fixação de populações. Esta tem sido a grande força motriz na origem das migrações de população, que tem conduzido aos desequilíbrios que atualmente conhecemos.

Nesse sentido, saudamos todas as medidas desenhadas para promover a competitividade e criação de emprego no interior, seja pela via fiscal ou pela bonificação no aproveitamento dos quadros comunitários de apoio.

Consideramos também que o Estado deve ser o primeiro a dar o exemplo, promovendo uma verdadeira **descentralização dos serviços e competências por todo o território**, aproximando-se das populações e garantindo-lhes o apoio necessário à sua fixação.

Em segundo lugar, consideramos que a baixa taxa de fecundidade do país é a base do problema demográfico que tem impedido a renovação necessária das gerações.

Ao longo das últimas décadas existiu uma alteração social profunda nas sociedades ocidentais, que fez com que os projetos de vida dos jovens deixassem de contemplar a criação de família como uma das suas prioridades.

Entendemos essa alteração como natural e um importante sinal de modernidade e de emancipação, levando em si a alteração dos papéis tradicionais da Sociedade, que tem conduzido a uma maior liberdade na construção de projetos individuais de felicidade.

Todavia, são vários os estudos que apontam que a precariedade, a falta de apoio à maternidade e insegurança face ao futuro estão a atuar como fator dissuasor da decisão de maternidade por parte de jovens casais. É exatamente sobre estes casais que deve recair a nossa atenção e o nosso apoio.

É urgente dar resposta aos problemas de **emancipação dos jovens, da habitação, da precarização do emprego e do acesso à Saúde e à Educação**, que são e estão especialmente agravados no Interior do País.

Mais do que incentivos, precisamos de uma **remoção efetiva de barreiras**.

Conforme comprova um estudo do Instituto Nacional de Estatística e da Fundação Francisco Manuel dos Santos, a taxa de fecundidade desejada é de 2,31, o suficiente para promover uma renovação geracional. Este resultado prova apenas que existe um longo caminho a percorrer na eliminação dos constrangimentos enfrentados pelos jovens casais.

Em grande medida, esses constrangimentos resultam de um ponto primordial: o **equilíbrio entre o Trabalho e a Família**. Entendemos por isso ser necessário o desenvolvimento de incentivos às Empresas que facilitem a flexibilização de horário para os pais sem a perda de regalias.

Consideramos também que se deva estudar a criação de um banco de horas anual para pais com crianças em idade escolar, de modo a garantir um acompanhamento próximo e participativo na Educação dos filhos, não esquecendo a necessidade de alargamento dos períodos de baixa que nos coloquem em sintonia com a média europeia.

Estas são apenas algumas medidas que servirão de base para a discussão de um problema complexo, mas que acreditamos ser solucionável com o desenho de políticas públicas focadas na valorização e acompanhamento das famílias.

Olhar de forma séria para este problema é zelar pelo nosso futuro coletivo. É urgente colocar, sem medos, o tema na agenda política.